



**O perigo político das instituições militares: 500 anos
da *Arte da guerra* de Maquiavel**

**The political danger of military institutions: 500 years
of Machiavelli's *Art of war***

José Antônio Martins¹

À memória do Ten. Flávio Fonseca (o Dum)
(*Aman – infantaria 1992*)

Resumo: Nosso objetivo é analisar como Maquiavel resolve uma aparente dificuldade que surge de sua reflexão política sobre as forças militares. Depois de defender a existência de seus exércitos, formados por cidadãos da comunidade política, surge o perigo dessa força militar se tornar uma força política. Como os exércitos possuem armas e benefícios de coesão social decorrentes da organização militar, configuram-se como poder hegemônico ou mesmo tirânico. Tentaremos nos ater aqui a esse aspecto muito particular, que é como pensar a força militar como ator político no palco da cena pública, considerando seus riscos e benefícios para o *vivere libero civile*. Vamos nos concentrar no início do livro I de *A arte da guerra* de Maquiavel

Palavras-chave: Maquiavel. Arte da Guerra. Poder militar.

Abstract: Our objective is to analyze how Machiavelli solves an apparent difficulty that arises from his political reflection on military forces. After defending the existence of its armies, formed by citizens of the political community, the danger arises of this military force becoming a political force. Since armies have weapons and social cohesion benefits deriving from the military organization, they configure themselves as hegemonic or even tyrannical power. We will try to stick here to this very particular aspect, which is how to think of the military force as a political actor on the stage of the public scene, considering its risks and benefits for the *vivere libero civile*. We will focus on the beginning of the book I of Machiavelli's *The Art of War*.

Keywords: Machiavelli, The Art of War, military power

1 Prof. do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UEM.

Introdução

Efemérides são boas ocasiões para a reflexão, mais ainda quando se tem em vista uma obra teórica. Em 2021, mais precisamente em 16 de Agosto, comemorou-se os quinhentos anos da publicação de *A Arte da guerra* de Nicolau Maquiavel². Momento apropriado para revisitar a obra e tentar extrair, uma vez mais, ensinamentos, reflexões e motivações para pensar o mundo militar, o campo político e as imbricações entre essas duas esferas. Tarefa essa nem um pouco inédita, haja vista a profusão de estudos sobre texto militar maquiaveliano, abordando as mais diferentes perspectivas.

Ora, correndo o risco de ser repetitivo e tentando, justamente, não sê-lo, buscaremos revisitar o texto maquiaveliano e estabelecer uma análise muito restrita sob um ponto que ainda merece discussão, a saber: como Maquiavel resolve uma aparente dificuldade que nasce de sua reflexão sobre as instituições militares, na qual se defende contundentemente a existência de exércitos próprios, formados por cidadãos e, ao mesmo tempo, não se recaí no perigo desta força militar se tornar uma facção política e, por ser dotada de armas e todos os benefícios da coesão social oriunda da organização militar, não tornar essas milícias uma força hegemônica ou mesmo tirânica. Como veremos, para além da importância em se ter armas próprias, há um perigo que ronda essa instituição da qual Maquiavel não se esquiva em considerar e que, ao mesmo tempo, evidencia-se como o corpo político necessita de armas próprias – uma instituição fundamental à vida cívica – bem como, de sua instauração, tem-se riscos consideráveis, haja vista que criar um grupo político mais potente que as demais, por ter armas, ele pode, por isso, ameaçar o *vivere libero civile*. Indicando rapidamente por onde entendemos que passa a solução, ao fim e ao cabo, Maquiavel não recua no intento de defender a presença de exércitos próprios e avança na defesa de uma atitude eminentemente política na análise da esfera militar, até mesmo como resposta para uma possível ameaça desse grupo social se tornar uma entidade opressora à vida cívica. Enfim, buscaremos nos ater aqui a esse aspecto muito preciso que está em como pensar a instituição militar como um ator político no palco da cena pública, considerando seus riscos e benefícios para o *vivere libero civile*. Nos concentraremos, basicamente, no início do livro I de *A arte da guerra*, mas também procuraremos trazer à baila outros texto que tratam do tema, com destaque para trechos de *O Príncipe* e dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e os dois opúsculos dedicados a questão militar escritos antes da *Arte da Guerra*, o *La Cagione dell'ordinanza* e os *Ghiribizzi d'ordinanza*.

Contudo, convém considerar melhor o modo como pretendemos analisar a *Arte da Guerra*, um livro que parece totalmente consagrado à reflexão militar.

2 Estamos utilizando a edição crítica organizada por Marchand (2001) e publicada pela Edizione Nazionale delle Opere di Niccolò Machiavelli (Salerno). Adotamos nas referências indicar o número do livro em algarismo romano e o número da linha em arábico, conforme estabelecido nessa edição.

Um manual de guerra e/ou uma reflexão política?

Um dos problemas que percorre as interpretações da *Arte da Guerra* diz respeito ao registro de leitura a se fazer: se se trata de um manual de combate, de uma reflexão política sobre a questão militar ou, aquilo que Formisano (2016) nomeia como aspecto literário da obra maquiaveliana ou, ainda, tudo isso junto. A essas dificuldades se associam outras relativas ao modo como a obra foi recebida no seu tempo e na posteridade, mais notadamente nos dias de hoje. É óbvio que do ponto de vista das técnicas de combate e do modo como dispor exércitos em teatros de guerra, a obra maquiaveliana é muito datada, pois, por exemplo, não havia aviação de combate e nem mísseis para atacar o inimigo pelo ar. Todavia, desconsiderando, por óbvio, as inovações tecnológicas que se seguiram, o texto militar maquiaveliano mantém sua vitalidade do ponto de vista de uma obra que não trata da apenas da guerra em termos de recursos militares, mas, a partir do que estes permitem fazer, traçar estratégias de combate entre exércitos³. Tendo em vista que, ainda na passagem do século XV para o XVI, a disseminação da pólvora e das armas de fogo, principalmente o canhão e as armas de fogo portáteis, já implicavam em mudanças no modo de preparação e realização da ação militar, tal mudança tecnológica implicaria em uma revisão do modo como pensar a guerra. Talvez o exemplo mais eloquente seja a queda da cidade de Constantinopla em 1453, em grande medida pelo uso intensivo de potentes canhões por parte dos exércitos otomanos de Maomé II. Assim, assistiu-se neste momento histórico a uma verdadeira revolução na concepção da forma de combate, logo, nos tipos de exércitos e tudo aquilo que diz respeito ao combate militar (Keegan, 1995).

Uma crítica recorrente em alguns comentadores diz respeito a efetividade da *Arte da Guerra* para seu tempo, uma vez que se questiona porque Maquiavel não deu maior ênfase à artilharia, como o faz para a infantaria. Para além desses aspectos relativos às questões próprias da técnica militar, outros elementos poderiam se somar, como observa Pretelli (2020), que colocaria em cheque à efetividade e utilidade militar do texto maquiaveliano já no seu tempo, quanto mais em nossos dias⁴. O que alguns comentadores se perguntam é se, mesmo no seu momento histórico, o texto militar maquiaveliano teria tido alguma reverberação. Essa análise também já foi realizada e, de modo sumaríssimo, pode-se responder afirmativamente, pois não somente durante o período em que esteve na Chancelaria de Florença, como posteriormente, Maquiavel foi instado a escrever e atuar no comando de tropas militares, como, por exemplo, no cerco e conquista da cidade de Pisa pelas tropas florentinas a partir de 1506, assim como a própria *Arte da Guerra* foi um livro

3 Neste tópico agradeço as valiosas observações de Newton Bignotto por ocasião do IV Colóquio Internacional Maquiavel, realizado em junho de 2022.

4 Pretelli retoma as observações de Piero Pieri, certamente a origem da interpretação de que Maquiavel não era reconhecido no seu tempo como um grande escritor militar. Cf. Piero Pieri, *Il Rinascimento e la crisi militari italiana*. Torino: Einaudi, 1952. Para maiores fontes sobre essa discussão, cf. Pretelli, 2020, p. 9ss.

encomendado pelos Médici, publicado ainda em vida – algo que não ocorreu com o *Príncipe* e nem com os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* –, e mesmo depois, em 1522, quando participou da comissão para a construção da muralha da cidade de Pisa, o que revela o respeito que recaia sobre o Secretário Florentino em termos de assuntos militares. Apenas enfatizando sobre a questão do uso da artilharia, importa lembrar que Maquiavel não ignora sua importância, visto que ele viu os canhões em ação e ao ser designado para a comissão para construir os muros da cidade de Pisa, já tendo vista o largo uso do fogo de artilharia nos combates e sua importância nas batalhas. Dito isso, ele não ignora a artilharia, mas não a coloca no centro por uma questão, como veremos, estratégica e, no limite, política, haja vista que não basta canhões potentes e uma artilharia pesada. Em algum momento será necessário que hajam tropas de infantaria para dominar o local de ataque e concluir os combates. Neste caso, por mais que os canhões possam no teatro de guerra, ainda assim, se faz necessário, pela ótica maquiaveliana, tropas de infantaria para encerrar as operações e tomar o território. Do que deriva a importância estratégica da infantaria ao considerar-se a guerra como um todo.

Tais informações nos remetem à questão se Maquiavel seria ou não um especialista em assuntos militares. Esse tema também parece já pacificado, visto que ele não pode ser tomado como um especialista em sentido moderno (Formisano, 2016; Pretelli, 2020), visto que nem em combate esteve, sendo nula ou, no máximo, esparsa sua experiência de ação em um campo de batalha. Entretanto, para a sua época isso não se constituía em um problema, pois não se tinha ainda a noção de especialista em uma arte ou técnica, algo que virá bem depois na Modernidade, logo, a validade de um texto não passava pela reputação técnica adquirida da experiência do autor, no caso, ter tido experiência de combate. Ademais, não se pode tomar o livro como um ‘manual’ de guerra, tal qual teremos, também depois na Modernidade, os manuais técnicos, por exemplo, de mecânica. Usando a expressão de Pocock (1980), no ‘momento maquiaveliano’ um texto como *A Arte da Guerra* não se propunha a ser um manual para os combatentes levarem a tiracolo, seja para treinar suas tropas, seja para uso em situações de conflito. Como se verifica, estamos tão somente retomando tópicos já explorados pelos comentadores, mas que nos reconduz ao ponto inicial, agora com as devidas delimitações para o seu enquadramento, a saber: se a *Arte da guerra*, para além de um manual militar ou texto de memória histórica da vida castrense, não seria possível abordar a obra maquiaveliana em termos políticos? Em caso afirmativo, como ler politicamente esse livro consagrado ao mundo militar, sabendo, de antemão, que o seu autor é um político, até mais do que um estrategista militar; também sabendo que, para Maquiavel, a vida cívica coordena e subordina o mundo militar. Certamente ação política e ação militar se entrelaçam, donde a distinção dessa urdidura não ser fácil e nem sempre reconhecível, ainda assim, a dificuldade interpretativa se impõe: como ler politicamente esse livro consagrado ao universo da guerra em suas diversas dimensões?

Dito desse modo, a questão ainda é ampla e comporta várias perspectivas políticas que cruzam a exposição militar maquiaveliana, de tal modo que não poderíamos dar conta neste texto dos diversos aspectos possíveis de análise. Por isso, fazendo mais um movimento nesta tentativa de delimitar nosso objeto, restringiremos nossa abordagem a um aspecto político que se faz presente nesta obra maquiaveliana, ainda que também se encontre em outras, como *O Príncipe* e os *Discursos*. Retomando a dificuldade lançada de início e sabendo que o campo político para Maquiavel é um campo de forças em disputas, como entender o papel das instituições militares no conjunto da dinâmica dos grupos políticos, visto serem elas fundamentais – a necessidade de forças militares próprias é uma marca do seu pensamento –, pois, uma vez que passam a existir, corre-se o risco dessas forças militares se tornarem um vetor político ou até mesmo uma facção, donde elas poderem dominar o corpo político e seus comandantes se tornarem chefes supremos apoiados pelas tropas militares (como se verificou na Roma imperial [*Príncipe*, cap. 19]). Por outro viés, o argumento maquiaveliano parece se equilibrar nos limites estreitos entre, de um lado, a necessidade de instituições militares próprias, bem como a salutar experiência militar dos cidadãos, que a seu ver amplia o sentido de participação cívica e, por outro lado, a ameaça de que essas forças militares extrapolem seu papel institucional e se tornem uma facção ou partido político, com o risco de assumirem o governo da cidade, que é, no limite, a ameaça da tirania. O que procuraremos explorar é como o pensador florentino opera entre esses dois limites e enquadra as instituições militar dentro daquilo que preconiza como o *vivere libero civile*.

Adentrando no texto da *Arte da Guerra*, uma passagem de seu início, notadamente nas primeiras linhas do livro I [linhas 15 e 17], Maquiavel faz uma referência à importância de estar nos jardins da família Rucellai – os *Orti Oricellari* – e como que, a partir das estátuas históricas lá presente, se retomava e exaltava a memória histórica, particularmente os grandes feitos de Roma, dos Gregos, dos Cartagineses e demais povos antigos exaltados pelos humanistas. Ainda neste começo da exposição, os interlocutores desse diálogo – tanto Fabrício Colona, quanto Cosimo Rucellai – insistem na necessidade de se imitar a *virtù* dos antigos, tópica recorrente no pensamento maquiaveliano. Essa remissão à história, cujo fim é a imitação, oferece um primeiro elemento a contribuir, ainda, nesse esforço de delimitação do quadro argumentativo, qual seja: a importância do conhecimento militar advindo da histórica para nortear o debate em curso sobre a arte da guerra. Em outras palavras, ao fazer esse movimento argumentativo de exaltação da história, a partir da referência aos *Orti*, Maquiavel estabelece um aspecto central na sua reflexão sobre o ofício militar, no caso, os conhecimentos sobre a guerra não podem advir única e exclusivamente da experiência em combate no seu tempo, mas devem também se fundamentar naquilo que a história legou. De tal modo, que a reflexão que se inicia sobre a guerra não se apoia apenas na experiência do

militar que conduz a reflexão, Fabrizio, mas também se calca no conhecimento histórico de autores de referência para a temática, com destaque para: Políbio, Tito Lívio, Cícero, Vegécio e Frontino. Mais ainda, podemos afirmar que o recurso à história é um expediente, poderíamos dizer com certo anacronismo, metodológico, na medida em que os exemplos históricos fundamentam e comprovam a veracidade do que está sendo exposto. Não é o caso de analisar esse aspecto, um tema assaz explorado pelos comentadores (Sasso, 1993; Pocock, 1980), mas o recurso aos exemplos histórico é um modo largamente utilizado por Maquiavel e por os autores do Renascimento italiano para justificar suas posições, tendo claro que a noção de história ou conhecimento histórico aqui mobilizada diverge em grande parte daquilo que no século XXI se compreende como ciência da História.

Ora, ao recuperar esse conhecimento histórico sobre as guerras, principalmente as técnicas de combate e suas relações com o contexto político na qual elas foram travadas, Maquiavel não está desprezando o conhecimento técnico de sua época acerca das inovações em termos de armas de combate, assumindo uma posição anacrônica ou passadista. Nunca é demais lembrar que na *Arte da Guerra* ele não ignora a importância que a artilharia adquiriu no século XV e início do XVI, mas, como se comprova ao longo do livro, bem como nos demais escritos maquiaveliano, a guerra não pode se resumir unicamente às técnicas militares, às armas de combate, mas que ela deve ser analisada dentro de uma perspectiva maior, para além do estrito mundo militar.

Então, esse movimento argumentativo inicial de Maquiavel no livro I da *Arte da Guerra* estabelece um marco para a exposição que se seguirá e fornece ao leitor um primeiro aspecto central de como ele concebe a reflexão sobre essa arte. Trata-se, em última instância, de pensar a questão militar num enquadramento maior, notadamente político, na qual essa temática deve se subordinar. Enfim, cumpre refletir a “coisa militar (*re militari*)” em termos políticos e não apenas nos aspectos técnicos ou de especialidade guerreira.

Prosseguindo neste viés da recuperação das fontes históricas, há um destaque para a obra de Vegécio, do qual Maquiavel cópia vários trechos quase que literalmente do *Epitoma Rei Militaris*⁵, o que é bem destacado pelos comentadores do texto maquiaveliano.

5 Estamos consultando as edições: de M. D. Reeve, publicada pela Clarendo Press (Oxford), 2004; Marco Formisano, BUR, 2003. Sobre a obra de Vegécio, sabe-se que foi elaborada depois da batalha de Adrianópolis (9 de agosto de 378 d.C.), na qual as tropas romanas foram derrotadas pelas forças visigóticas, visto que há um primeiro manuscrito do texto com essa data. O certo é que ela foi escrita, provavelmente, no governo do imperador Teodósio II (379-395) (Formisano, p. 8-11). A partir desses dados e das informações biográficas de Públio Flavio Vegécio Renato, sabemos que o *Epitoma Rei Militaris* foi concebido no contexto político do Império Romano quando sua capital já estava instalada em Constantinopla. Escrita em latim, a obra é um excelente indicativo para o contexto cultural desse novo momento político romano, na qual o poderio militar ainda não havia perdido o seu vigor, ao contrário, se verificará nos séculos seguintes a grande força militar desse Império Bizantino ou Império Romano do Oriente.

Em sua obra, *Vegécio* – um funcionário de carreira do Império Romano, que galgou postos ao ponto de receber o título honorífico de “Flávio”, certamente por seus conhecimentos e trabalhos na administração romana, notadamente militar – faz uma compilação dos saberes e conhecimentos sobre diversos aspectos da arte de guerrear, remontando ao contexto helênico e romano. Com efeito, a obra de *Vegécio*, que não se sabe ao certo se ele tenha tido experiência de combate, visto que não faz nenhuma afirmação fundada em ações militares vivenciadas, reúne os saberes e as técnicas militares que fizeram os exércitos helenos e romanos poderosos. Sua obra é, pois, uma organização dos conhecimentos sobre a arte de combater a partir do que foi legado pela história e não pela experiência exitosa dos generais em combate de seu tempo. Ora, mais do que um manual técnico em termos contemporâneos, na qual o saber é obtido a partir daquilo que é mais eficiente e eficaz como técnica no momento de sua composição, o texto de *Vegécio* deve ser analisado a partir de um contexto histórico que buscava na informação história as referências para orientar as práticas militares de então (Pretelli, 2020). Modelo esse de composição exitoso, ao ponto dessa obra ter se tornado uma referência durante séculos, particularmente na Europa latina medieval.

De certo modo *Vegécio* é uma passagem teórica obrigatória e uma fonte de inspiração para o texto maquiaveliano, não somente por causa dos saberes militares nele coligidos e pelo estilo, que também é adotado por Maquiavel, mas, pelo que foi em termos históricos o poder militar das cidades helênicas, da Roma, tanto no período republicano como imperial, e pelo que foi, em termo de poderio militar, o Império Bizantino até 1204, no que tange as suas conquistas, e até 1453, sob o ponto de vista da manutenção e defesa da cidade imperial. Ora, esse duplo aspecto da obra de *Vegécio* importa ser lembrado, embora pouco se destaque para o significado da força militar que vem dos romanos e chega até os bizantinos. Muito se falou sobre o quanto Maquiavel exalta o poder militar romano, algo muito presente ao longo de toda a *Arte da Guerra*, entretanto, o valor do poder militar que se conserva em Constantinopla após 330 é digno de atenção. *Vegécio* não é somente um narrador do poder militar da Roma antiga, mas um legítimo historiador de uma força militar que se conservou eficiente após a transferência da capital imperial de Roma para Constantinopla. Como enfatiza Ostrogorsky (1968), uma das marcas históricas do Império Bizantino está no modo como o poder militar foi mobilizado ao longo dos séculos pelos sucessivos imperadores, se constituindo num dos pilares do regime. A forma de recrutamento, a organização, as disposições das diversas armas em combate, as formas de suprimento e manutenção, os direitos de conquistas e espólios, enfim, uma série de aspectos presentes na organização militar retratado por *Vegécio* e que se manteve nas tropas bizantinas por séculos (Janniard, 2009), são retomadas por Maquiavel em vários aspectos e revelam o quanto esse poderio militar bizantino permanecia no imaginário dos povos europeus até o século XVI. Então, *Vegécio*, mais do que um escritor romano (em referência à Roma antiga), talvez deva ser

compreendido, também, como um escritor de um governo que por muito tempo manteve sua potência militar, ou seja, que inspirou a organização militar bizantina (Breccia, 2011).

Convém recordar que foi nos períodos imediatamente anteriores e posteriores ao século V d.C. que o Império Romano disciplina em termos jurídicos e burocráticos a configuração que as armas ocuparam no interior do sistema institucional. Como aponta Janniard (2009, p. 495-496), foi durante esses séculos que foram estabelecidas as normativas que disciplinaram a relação entre o poder civil e militar no Império romano, tema esse central, como se verá, na exposição maquiaveliana sobre essa temática, notadamente na *Arte da Guerra*. Enfim, todos esses aspectos demonstram que o lugar de Vegécio e da organização institucional das forças militares bizantinas na reflexão de maquiaveliana se apresentam para além de uma fonte histórica, cuja função argumentativa seria corroborar seus postulados, e se configuram como um modelo inspirador.

A obra e seu contexto de debate

A *Arte da Guerra* foi uma das poucas obras sua que Maquiavel viu ser publicada. Ela veio a público em 16 de agosto 1521, por meio do editor florentino Filippo Giunta, que possuía profundas ligações com a família Medici (Febvre e Martin, 2019, p. 208). Segundo Masi (2001, 337ss) o texto maquiaveliano circulou primeiramente sob a forma manuscrita sob o título *De re militari*, conforme se atesta pelo manuscrito autógrafo conservado na Biblioteca Nacional de Florença e, provavelmente, foi escrito entre 02 de novembro de 1519 (data da morte de Cosimo Rucellai, a quem o texto faz menção como já estando morto) e 17 de novembro de 1520, conforme a referência de uma carta privada de Filippo de Nerli, amigo de Maquiavel.

A obra está dividida em sete livros, que tratam de diversos temas relativos à organização de um corpo armado, especificamente aos exércitos e, diferentemente de Vegécio, Maquiavel não trata da guerra naval e das forças navais.

Essa não é nem a primeira e nem a única obra de Maquiavel que aborda temas relativos ao mundo militar. Ainda no seu período de trabalho na Chancelaria florentina (1498-1512) ele escreve alguns opúsculos dedicados a essa temática⁶ e depois desse período também, revelando a respeitabilidade que ele possuía como conhecedor do assunto. Após publicar a *Arte da Guerra*, ele é contratado, em 1522, pelo governo de Florença para integrar a comissão responsável pela construção de uma muralha de proteção da cidade de Pisa, função típica de engenharia militar, o que revela uma vez mais a sua reputação como conhecedor de temas militares.

6 São eles: *La cagione dell'ordinanza* (1506); *Provisione dell'ordinanza* (1506); *Discorso sulla milizia a cavallo* (1510); *L'ordinanza de'cavalli* (1510); *Ghiribizzi D'Ordinanza* (1514); e quatro textos relativos à construção de uma muralha defensiva da cidade de Florença a partir do ano de 1522. Cf. Marchand, 2001.

Além desses escritos devotados ao universo castrense nas mais diversas acepções, nas suas outras obras política ele trata em alguma medida desse assunto, notadamente em *O Príncipe*, nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e nas *Histórias Florentinas*, de tal modo que é possível afirmar que a preocupação com as coisas militares perpassa o pensamento maquiaveliano, seja como objeto específico de análise, como é o caso dos opúsculos, seja nas suas imbricações com a reflexão cívica. Desse modo, a *Arte da Guerra* se revela como um texto de maturidade do pensamento maquiaveliano, em consonância com o que já vinha refletindo, e, por isso, traz em seu bojo o cerne das dificuldades e posicionamentos já amadurecidos de Maquiavel acerca da relação entre as instituições militares e o campo político.

Como já dito, em vários escritos Maquiavel defende a necessidade de que as cidades tenham armas próprias, algo destacado em *O Príncipe*. No início do capítulo 12 ele expõe um dos fundamentos célebres de seu pensamento, como afirma Maquiavel (*Príncipe*, cap. XII):

Os principais fundamentos comuns a todos os estados, tanto os novos como os velhos e os mistos, são as boas leis e as boas armas: porque não podem ser boas as leis onde não há boas armas, e onde há boas armas convém que haja boas leis.

A passagem lapidar demonstra o quão necessário são as forças armadas para o corpo político, sendo uma das bases institucionais de um regime. Recorde-se que a passagem é formulada após Maquiavel já ter discorrido sobre os elementos fundamentais de um principado e antes de passar às considerações sobre a *virtù* do príncipe, de tal modo que as armas passam a figurar, como o próprio texto declara, como um dos '*principais fundamentos dos estados*'. Portanto, não se coloca em discussão a necessidade de que toda a cidade tenha exércitos para, internamente, defender as leis e as instituições e, externamente, para a proteção da cidade. Afirmação essa proferida no século XVI italiano, quando não era costume das repúblicas terem exércitos próprios, mas se valerem de tropas mercenárias.

Em seguida, Maquiavel passa a dissertar sobre qual melhor força militar que a cidade deve contar: com exércitos mercenários, com tropas que auxiliem as suas tropas ou com um corpo militar própria. Novamente o filósofo é claro (*Príncipe*, cap. XIII):

Concluo, portanto, que sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro. Aliás, fica completamente dependente da fortuna, não tendo *virtù* que com confiança o defenda na adversidade. [...] As armas próprias são aquelas compostas ou pelos súditos, ou pelos cidadãos, ou pelos seus criados: todas as outras são ou mercenárias ou auxiliares.

O argumento avança, na medida em que, da necessidade de exército próprio, decorre a noção de participação política – outro princípio fundamental da reflexão

maquiaveliana –, ambos a se configurarem como fatores determinantes do *vivere civile libero*, conforme também se verifica no livro II dos *Discursos*, entre outras passagens. Enfim, ter exércitos compostos pelos seus próprios cidadãos reflete em grande medida o grau de engajamento dos membros do corpo político com a defesa da cidade⁷.

Voltando para a *Arte da Guerra*, a reflexão inicial, que abre propriamente a argumentação, começa pela necessidade de uma república ou reino ter armas próprias. Todavia, esse não é o tema central abordado, haja vista que ele foi tratado antes, como visto, e a discussão diz respeito se é conveniente ter pessoas que tenham por ofício ou arte a guerra. A questão de fundo é: quais são os prejuízos e ganhos em ter uma força militar constituída por soldados que tenham o ofício militar como única ocupação. A resposta de Maquiavel é direta: um corpo político não deve ter um exército composto por soldados profissionais, mas sim de cidadãos recrutados para isso, como diz (*Arte da Guerra*, I, 75-76):

Deve, portanto, uma cidade bem ordenada desejar que este estudo da guerra se use nos tempos de paz por exercício e nos tempos de guerra por necessidade e glória, e à república somente deixar usar por arte, como fez Roma. E qualquer cidadão que tem em tal exército outro fim, não é bom; e qualquer cidade que se governa por outro modo, não é bem ordenada.

Deste ponto nasce uma falsa contradição, pois se por um lado se faz necessário que a república ou reino tenha armas próprias, por outro, os membros desse corpo militar não devem ter por único ofício a vida militar por escolha sua, mas apenas se for designado pelo governo. A solução aqui é estreita, pois a necessidade de armas próprias não pode implicar em forças militares profissionais e, mais ainda, que essa decisão não seja do indivíduo.

Ainda sobre a participação dos cidadãos nas tropas da república, nos *Discursos*, Maquiavel ressalta que a participação desses nas instituições, particularmente no exército romano, aumentou a *virtù* cívica e propiciou as conquistas que permitiram a formação do império. Nas *Histórias Florentinas* é bem conhecido o início do livro III, quando da comparação entre a Roma republicana e a Florença de seu tempo, Maquiavel declara novamente que a participação política só fez aumentar a *virtù* militar (*Histórias Florentinas*, l. III, cap. 1). Nessas obras constata-se uma noção fundamental do pensamento maquiaveliano: a necessidade de que a cidade tenha exércitos próprios, que eles nasçam e se fundamentem como expressão da participação política, gerando por seu turno, a ampliação da *virtù* militar, que permitirá as conquistas e a expansão de sua força.

⁷ Cumpra aqui fazer uma ressalva, Maquiavel, bem como os pensadores de sua época, tem a força armada como uma instituição de defesa da comunidade política e não do território, como se tornou corrente nas atribuições das forças armadas após o século XIX. Diferença sutil, mas central para a compreensão da missão institucional das forças armadas, seja em Maquiavel, seja nos nossos dias.

O mesmo raciocínio é retomado na *Arte da Guerra*. No início da exposição, Maquiavel destaca que é necessário que todos os cidadãos tenham apreço pela atividade militar e, quando possível, possam tomar parte nas unidades militares e apreender, senão tudo, ao menos alguns aspectos dessa arte. Porque, continua ele, quando se procura adquirir a *virtù* própria da vida militar, essas qualidades, uma vez assimiladas, possibilitam:

honrar e premiar a *virtù*, não desprezar a pobreza, estimar os modos e as ordens da disciplina militar, obrigar os cidadãos a amar uns aos outros, a viverem sem facções políticas, a estimar menos o privado que o público, e outras coisas semelhantes [...].”
(Maquiavel, *Arte da Guerra*, I, 33)

Enfim, qualidades que se refletem na ação do cidadão, ou seja, temos aqui um aprendizado de qualidades para o exercício da *virtù* cívica, retomando a clássica noção do cidadão soldado.

O quadro de análise apresentado ao início da exposição delimita, inequivocamente, que o autor compreende o ofício militar como um aspecto das diversas ações que compõem a ação política. Ora, ao fazer esse movimento argumentativo no início do livro, que estabelece o diapasão pelo qual pretende conduzir a exposição, Maquiavel insere a reflexão no terreno que lhe é próprio e sobre o qual pode falar com segurança. Assim, conforme já apontávamos, não se trata de uma exposição conduzida por um mestre do ofício, calcado em suas experiências e conhecimentos adquiridos por muito vivenciar essa arte, mas sim de uma reflexão da arte militar tendo em vista sua finalidade maior, a ação cívica. A reflexão não se restringe, pois, ao específico da caserna, ao particular de uma técnica, mas, tendo esses aspectos em conta, a análise se alça para pensar a arte da guerra em função do mundo político. A atividade militar é, portanto, mais do que desejável, ela é necessária para o estabelecimento dos fundamentos da vida cívica, desde que seja uma deliberação pública, um serviço público.

Estabelecida essa importância das armas próprias e da *virtù* militar, bem como do inconveniente que é ter soldados profissionais, o passo seguinte, que é o início mesmo da organização de um corpo armado, diz respeito ao recrutamento das tropas, o que já nos coloca diante de uma nova dificuldade: quem são os mais aptos para as diversas atividades militares, os habitantes da cidade ou os camponeses?

Antes dois rápidos esclarecimentos. Maquiavel, como citado, escreveu um texto sobre a *Ordenanza* em 1506 e, importa destacar, o termo italiano designa a conscrição militar, ou seja, já nesse escrito ele entende a importância do recrutamento militar obrigatório como forma de composição dos exércitos. Ainda no livro I da *Arte da Guerra*, após dissertar que ninguém deve ter o ofício militar como um atributo particular, mas apenas por delegação pública, a partir da linha 120 ele passa a analisar sobre o recrutamento e emprega para isso o termo *deletto*, que deriva, por

seu turno, do termo latino *delectus*, que significa escolha. A dificuldade agora se volta sobre quem escolher entre os diversos profissionais da cidade e os camponeses, quais os mais adequados para o ofício militar. Antes de tudo, e por óbvio, deve-se recrutar entre os habitantes da província, visto que quem não pertence à comunidade política não vai militar por “escolha” (*deletto*), mas por uma imposição e terá sempre questionada sua fidelidade ao comando (*Arte da Guerra*, I, 125-126). Também não é indicado recrutar somente os voluntários, porque esses são o que não têm outro ofício, bem como não se deve usar somente da coerção no recrutamento. A escolha, o *deletto*, deve estar a meio caminho, então, entre os voluntários e os conscritos, sendo uma imposição pública, mas que o cidadão aceite como uma missão para com a sua comunidade política, como afirma: “*Porém, se deve tomar um caminho mediano, onde não seja nem toda força e nem toda vontade, mas sendo eles tomados por um respeito que tenham pelo príncipe*” (*Arte da Guerra*, I, 167). O recrutamento deve se orientar, pois, em escolher tanto homens do campo, quanto da cidade, dos diversos ofícios, tendo em vista as várias necessidades de uma campanha militar. Somente quando reunidos os homens dos diversos segmentos da cidade que se conforma, inicialmente, a tropa armada própria. O passo seguinte é, com os vários treinamentos e ordenações, transformar esse conjunto disforme de cidadãos em um corpo militar coeso e uno para cumprir sua finalidade institucional.

Todavia, aqui começa um problema no argumento maquiaveliano, visto que agora aparece no horizonte a possibilidade de que essas forças militares próprias adquiriram autonomia política, se organizem como um vetor político, porque passaram a ser um corpo institucional unido e coeso, e, na medida em que podem ser manipuladas por um comandante usurpador, tomem pelo poder das armas o comando político da cidade. A preocupação não era menor, muito ao contrário. Já no texto de 1506, *Cagione dell’Ordenanza (Razões para o recrutamento)*, Maquiavel manifesta a dúvida de que essas forças armadas adquiriram autonomia e tomem o controle da cidade. Na *Arte da Guerra* esse medo retorna, quando se trata de quem escolher para o recrutamento militar.

Conforme destaca Sasso (1993, p. 196ss), a dificuldade teórica de Maquiavel está em conciliar a necessidade de armas próprias e o perigo delas se tornarem uma força política que venha a se apossar do comando da cidade, o que nos remete ao centro da reflexão maquiaveliana, seja nas análises sobre os conflitos e as dinâmicas da ação política, seja sobre a questão da corrupção. Enfim, a questão do recrutamento militar é, antes de tudo, um problema político, mais do que militar, e conforme esse seja encaminhado poderá encetar uma consequência benéfica ou maléfica para o *vivere libero civile*. Assim, o recrutamento militar não se deve pautar única e exclusivamente sobre aspectos técnicos sobre os ofícios, mas deve-se também levar em conta as preferências e ligações políticas dos recrutados, de modo, justamente, a evitar que tais vínculos interfiram na realização da finalidade da instituição militar.

Verifica-se, pois, ao longo dos textos que tratam dessas questões militares, o quanto Maquiavel busca enfatizar a sua necessidade, como uma instituição fundamental em um corpo político, embora sempre apresente as ressalvas e dificuldades dessa deliberação. O movimento argumentativo seguinte é como instituí-la e os controles que devem existir. Por outra perspectiva, da argumentação positiva em defesa das armas próprias, a reflexão maquiaveliana desloca-se para as dificuldades implicadas nessa tarefa política, pois aí reside o problema central. Indo direto ao ponto, Maquiavel não o nega, ao contrário, deixa muito claro os riscos envolvidos em se ter instituições militares autônomas o bastante para se conformarem como força políticas com poderes desiguais, porquê armados, que desconfiguraria a dinâmica dos grupos em disputa na cidade. Esse é, doravante, o pano de fundo da argumentação na *Arte da Guerra* sobre o papel institucional das armas: como mantê-las dentro dos limites institucionais para os quais foram criadas e não descambarem para a constituição de um poder político autônomo que ameaça o *vivere libero*.

Insistindo, importa lembrar um traço distintivo dos corpos militares que é a sua coesão interna, o seu espírito de grupo ou de corpo, para que lute como uma formação unida e coesa, ou seja, a importância da unidade militar em combate. Ora, tal coesão, essencial para os combates (é muito difícil que uma tropa dispersa consiga atingir seus objetivos militares em face de um exército adversário organizado e coeso), se amplia e conforma esse conjunto de cidadãos em um grupo homogêneo. Então, não é estranho, ao contrário, é muito razoável, que da necessidade de coesão militar nasça uma coesão de interesses, propósitos, objetivos, de tal modo que agora, esse grupo de homens militares passem a comungar projetos, compartilhar solidariedade e vínculos, se unindo para além daquilo que era restrito ao universo da caserna. Enfim, há a possibilidade real e muito provável que esse grupo militar não apresente obstáculos em formarem um grupo político, ou em outro aspecto, que levem para além do mundo militar a necessidade de coesão e unidade para as demais esferas cívicas. Neste caso, temos um novo dado a dificultar a reflexão, pois se as forças armadas se transformem em um grupo político, elas trazem um aspecto a mais que o poder das armas, elas tendem a se conformar como facções coesas e unidas. Unidade essa que, certamente, procurariam levar para a cidade dividida e fraturada pelas lutas políticas dos diversos partidos em disputa.

Compreende-se, agora, o porquê do cuidado com o recrutamento militar. O problema não se resume tão somente em escolher os mais aptos do ponto de vista das habilidades manuais, se são lenhadores, carroceiros, sabem montar a cavalo, sabem caçar ou estão acostumados a suportar as intempéries. Conforme se verifica na *Cagione dell'ordinza* e na *Arte da Guerra*, a decisão pela formação, primeiro, de uma tropa a pé com soldados oriundos dos campos e, depois, por uma cavalaria com

aqueles que moram nas periferias das cidades, está associada aos riscos políticos e, num segundo plano, à lógica militar. Maquiavel vê os camponeses mais aptos à obediência de um comandante militar e menos envolvidos nas disputas próprias dos grupos políticos citadinos. Em contrapartida, os citadinos, particularmente aqueles que estariam aptos à cavalaria, já vivenciam as disputas entre os diversos partidos da cidade, logo, pressupõe-se que eles seriam pertencentes a grupos políticos em maior ou menor grau. Desse modo, a existência de uma tropa a pé, uma infantaria composta por homens do campo, serviria de anteparo às possíveis ambições de uma cavalaria composta por homens da cidade, como afirma:

Porque, quem considera um exército, para dividi-lo *grosso modo*, o encontra composto de homens que comandam e que obedecem, e de homens que militam a pé e que militam a cavalo; e tendo de introduzir uma forma de exército em uma província desprovida de armas, necessitava, como tantas outras disciplinas, começar pela parte mais fácil; e sem dúvida é mais fácil introduzir uma milícia a pé que a cavalo, e é mais fácil aprender a obedecer que a comandar. (Maquiavel, *Cagione dell'Ordinanza*, linha 9).

Note-se que, apesar da retórica que qualifica como ‘mais fácil’, o problema é a obediência, ou seja, desde o momento fundacional da instituição militar a questão de submeter esse corpo armado à obediência da esfera política é central, ou melhor, ela deve ser posta desde o nascedouro. Essa preocupação que se apresenta inicialmente e vai permeando a reflexão, como por exemplo, ao comparar as ações militares de César e Pompeu, quando Maquiavel diz que eles foram bons militares, mas não foram “bons homens” e nem tiveram ‘glória’, porque, ao fazerem da vida militar seu único ofício e não se submeterem ao controle do Senado, ao contrário de outros generais romanos que lutaram nas Guerras Púnicas, demonstraram pouco apreço pela república romana. Nesse exemplo ainda, a diferença dos antigos generais romanos, César e Pompeu utilizaram de seu poder militar para ameaçar a república e tomar o poder, algo que Scipião Africano não o fez.

Com efeito, a reflexão maquiaveliana se desloca de um debate sobre técnicas militares e avança para a dimensão política nas quais as armas estão envolvidas. Conforme declarávamos de início, essa era a estratégia argumentativa de Maquiavel, já no início da obra e ao longo de quase todo o livro I e, novamente, ao final, nos livros VI e VII, ele volta a tratar o tema militar em uma perspectiva cívica.

Ainda sobre a questão do recrutamento (*deletto*), compreende-se porquê não se trata apenas de uma escolha a partir de habilidades manuais ou faixas etárias, mas de reconhecer o nível de engajamento político das pessoas, as forças internas em disputa e, em função também dessas variáveis, formar um corpo armado que, por sua natureza, amplia o envolvimento político daqueles que participam desse e devem se manter obedientes e subordinados às decisões proferidas pelas lideranças

da cidade (essas necessariamente civis). Ora, o controle político das armas adquire, como visto, posição central e passa a dirigir a reflexão. Antes mesmo de considerar o êxito nos combates, importa constituir instituições militares obedientes aos ditames políticos e, por consequência, defensoras da vida cívica contra ataques externos, bem como às ameaças internas de algum candidato a usurpador. Então, passa-se de uma argumentação de caráter político positivo – a necessidade de armas próprias –, para uma argumentação restritiva delas, tendo em vista a ameaça institucional que está à espreita.

Considerações finais: corrupção política e corrupção militar.

O perigo que tangenciou toda a exposição precisa ser enfrentado agora: e se há corrupção das forças militares próprias – visto que todos os outros tipos de armas não são confiáveis –, o que fazer, pois elas podem tomar o comando da cidade e seu *condottieri* se tornar um autocrata ou tirano? Como evitar essa ameaça sempre possível de grupos armados se tornarem também um partido político e tomarem o governo em função, não da legitimidade, do apoio político, mas em razão de ser uma força armada e poderem assumir pela violência o comando da cidade? Como impedir que um grupo militar coeso deixe de visar o interesse público – a defesa das cidades, de suas instituições, fundadas na missão de proteção como um dever cívico – e passem a defender interesses particulares ou, ainda, impor seus desejos políticos sobre o restante da cidade?

Aqui vale lembrar que essa passagem da ação institucional direcionada ao público se desvie para o particular, talvez os interesses da corporação, tais objetivos estão dispostos sobre uma linha muito tênue e nem sempre muito clara e definida. Muito poderia se falar sobre essa temática da passagem de ações públicas para privadas, contudo, para não expandir demais essa discussão, importa lembrar que, conforme já dito, Maquiavel não admite que as forças militares tenham autonomia de decisão, a não ser no que tange a estratégia de combate e os temas relativos às operações militares. Não conferir autonomia aos corpos militares e mantê-los subordinados aos controles civis é uma condição essencial para se evitar os perigos inerentes a existências de instituições militares no interior do ordenamento político. Como temos destacado desde o início, as armas devem sempre estar subordinadas às instituições cívicas, cumprindo os desígnios políticos dados pelo comando da cidade e não agirem ao sabor dos seus interesses particulares.

Assim, para tentar responder a essa dificuldade relativa à corrupção da força militar, importa retomar aquilo que Maquiavel apresenta no livro I dos *Discursos*. Ao invés de olhar somente para as instituições militares, se faz necessário considerar o corpo político como um todo, visto que as forças armadas são uma das instituições que compõem o conjunto da comunidade política. Considerando esse quadro institucional maior da análise, a pergunta agora é: se o corpo político está são, com ânimo e disposição cívica, ou seja, sem corrupção, as possibilidades que as instituições

armadas se corrompam são pequenas, pois há controle e meios para que elas não se desvirtuem de sua finalidade e permaneçam subordinadas ao controle político civil. Entre esses instrumentos está, especialmente, aquilo que foi apresentado: não serem forças militares profissionais, principalmente não ser essa decisão uma prerrogativa do indivíduo, mas uma concessão pública; serem formados a partir de quadros recrutados do campo e, depois, da cidade; e considerar a arte militar como uma ampliação e aperfeiçoamento da *virtù* cívica, notadamente, por ser essa arte uma ação de defesa da comunidade. Ora, se há esse cuidado na instalação de forças armadas na cidade e se elas são mantidas desse modo, os riscos de corrupção e desvio de sua finalidade são baixos, pois nos tempos de guerra elas estão mobilizadas em combate e nos tempos de paz elas são acionadas apenas para os exercícios em épocas específicas – nos demais períodos esses militares estão desempenhando seus ofícios civis –, bem como os poucos quadros permanentes são transferidos com alguma frequência, de tal modo a não se transformarem em lideranças políticas nas localidades. Com tais instrumentos, as instituições militares cumprem a sua função de arma própria em defesa da cidade e evita-se que elas se transformem em uma força política para ameaçar o governo.

Entretanto, a questão se complica quando as instituições apresentam comportamentos políticos corrompidos. Neste caso, vários desses modos de controle citados acima ou não existem ou não são mais eficazes, o que pode resultar em várias coisas, como por exemplo: os exércitos serem permanentes (mesmo nos tempos de paz), se configurando como um grupo armado constante; o recrutamento se fazer com os partidários de uma facção, o que a torna em um grupo político armado; e, no limite, as finalidades de defesa da cidade ou do *vivere libero* não são as motivações para a ação e sim a defesa dos interesses particulares, o que fica evidente no livro III das *Histórias Florentinas*. Esses aspectos, entre outros, demonstram que, se há corrupção no corpo político, a corrupção dessas ordenações da cidade antecede a corrupção das instituições militares.

Então, a análise da corrupção das instituições militares nos remete, necessariamente, para o argumento maquiaveliano de corrupção dos ordenamentos republicanos e é neste contexto argumentativo que ele deve ser pensado, ou seja, no interior da análise sobre a corrupção política. Ora, dentro desses limites argumentativos, retoma-se o que já se sabe sobre o que Maquiavel pensa acerca da dinâmica dos corpos políticos e sua corrupção, de tal modo que aquilo que se coloca para outros ordenamentos serve também para a temática militar (Martins, 2007). De modo resumido, o mesmo diagnóstico dado para a corrupção dos diversos ordenamentos do corpo político cabe para as instituições militares: elas estão corrompidas quando se desviam de sua finalidade e não há mais nenhuma lei ou ordenação que freie suas ambições. Isso ocorre em grande medida porque o corpo político perdeu o vigor e a sua dinâmica própria e salutar, fundado em

muito nos conflitos políticos que geram leis e ordenamentos que controlam os excessos e disciplinam a vida cívica. Mais do que causa, a corrupção do poder militar é resultado de um quadro de corrupção da cidade, que atinge também as ordenações militares. Enfim, o problema da corrupção militar está localizado mais nas falências e fraquezas das instituições políticas da cidade do que propriamente nas forças militares. Se essas estão corrompidas ou não, é menos um problema delas em si mesma e muito mais uma demonstração que o corpo político não dispõe de força para frear os abusos e desvios institucionais. Seguindo pelo mesmo raciocínio apresentado no livro I dos *Discursos*, a corrupção política nunca atinge o corpo político como um todo, mas começa em uma parte e vai se alastrando se nada o impedir. Ora, a corrupção das instituições militares nasce ou da corrupção de outras partes que atingem esse ordenamento ou de um desvirtuamento próprio que não foi enfrentando com os meios institucionais da cidade, permitindo em ambos os casos, que as armas próprias se transformem em um poder político, só que diferente dos demais, armado e coeso.

Qual a solução? Na *Arte da Guerra* Maquiavel não disserta sobre esse tema, mas seguindo pelo raciocínio aqui exposto e se tomarmos o que é apresentado nos *Discursos*, a resposta passa pela busca de ações que recuperem o vigor político da cidade e façam com que as instituições retomem a sua finalidade. Como já apresentamos em outro lugar (Martins, 2007), entendemos que Maquiavel opera com possibilidades de ações, sem determinar uma medida ou algumas medidas em específico para curar esse mal do corpo político. A saída de um quadro de corrupção está inserida num campo de possibilidades, na qual não há uma medida ou um grupo de medidas determinadas para isso, mas cuja resposta passa pela modificação da dinâmica política da cidade, que busque retomar a *virtù*, que se expressa, fundamentalmente, pela participação ativa na vida política da cidade.

Portanto, pensando especificamente na relação do poder militar e o conjunto dos ordenamentos cívicos, seja para manter essa *ordenanza* bem funcionando, seja para evitar ou corrigir sua corrupção, as possíveis respostas passam pelo envolvimento político dos membros desse corpo político, seja apoiando a formação de tropas composta por cidadãos, seja estabelecendo mecanismos de controle dessas, seja mobilizando e desmobilizando-as conforme a necessidade de combate.

Caso essa interpretação tenha coerência, a reflexão que abre a exposição da *Arte da Guerra* de Maquiavel se insere num âmbito de análise político e não restrito às técnicas militares. Por tal visada, que até por iniciar a reflexão, demarca em qual registro o pensador pretende considerar a temática, a saber: a instituição militar a partir das dinâmicas políticas da cidade. Uma vez estabelecido esse escopo de exposição, então ele passa a dissertar sobre aspectos próprios e, diríamos hoje, mais técnicos sobre a organização das instituições militares. Todavia, ainda insistindo, a exposição que se segue após o livro I, já está delimitada dentro de um quadro

político muito preciso, na qual sempre se deverá ter em conta. Por isso que talvez seja possível afirmar agora com um pouco mais de segurança, que a análise militar maquiaveliana está subordinada à reflexão política, especificamente, à dinâmica que o corpo político possui. O que não se trata de afirmar que a *Arte da Guerra* é uma obra eminentemente política, pois não o é, mas também que não é um texto de técnica militar tão somente. Ela é uma ampla reflexão sobre o poder militar que se inicia e se inscreve no interior do campo político.

Referências bibliográficas

- MACHIAVELLI, N. (2001). *L'Arte della Guerra, Scritti Politici Minori*. Edizione Nazionale delle Opere di Nicollò Machiavelli, V. III, a cura de Jean-Jacques Marchand. Roma: Salerno Editrice.
- MACHIAVELLI, N. (1994). *De principatibus*. Testo critico a cura di G. Inglese. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo.
- MACHIAVELLI, N. (2001). *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/2, a cura de Francesco Bausi. Roma: Salerno Editrice.
- MACHIAVELLI, N. (2010). *Storie Florentine in Opere Storiche*. A cura di Alessandro Montecvecchi e Carlo Varotti. Edizione Nazionale delle opere. Roma: Salerno Editrice.
- MAQUIAVEL, N. (2020). *O Príncipe*. [Biligue] Trad. José Antônio Martins. São Paulo: Hedra.
- VEGEZIO, P. F. (2003). *L'Arte della guerra romana*. [Biligue] Trad. Marco Formisano. Milano: BUR.
- VEGEZIO, P.F. (2004). *Epitoma Rei Militaris*. Ed. M. D. Reeve. Oxford: Clarendon Press.
- BRECCIA, G. (2011). 'Educazione e cultura militare a Bisanzio (IV-XI secolo)' in Ferrari, Monica & Ledda, Filippo. *Formare alle professioni. La cultura militare tra passato e presente*. Milano: Franco Angeli.
- FEBVRE, L.; MARTIN, H-J. (2019). *O aparecimento do livro*. Trad. Fulvia Moretto & Guacira Machado. São Paulo: Edusp.
- FORMISANO, M. (2016). 'L'arte della guerra e le rivoluzioni militari'. In *Quaderni Società Italiana di Storia Militare: Future wars, storia della distopia militare*. Milano (It), p. 131-144.
- JANNIARD, S. (2009). 'L'esercito del tardo impero romano. Dalla tetrarchia a giustiniano'. In G. Traina (ed.), *Storia d'Europa e del Mediterraneo, sec. III. L'ecumene romana, vol. VI*. Roma: Salerno, p. 495-523.
- KEEGAN, J. (1995). *Uma história da guerra*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cia. das Letras.
- MARCHAND, J-J. (2001). "Introduzione" in *L'Arte della Guerra, Scritti Politici Minori*. Edizione Nazionale delle Opere di Nicollò Machiavelli, V. III; Roma: Salerno Editrice, p. 3-23.
- MARTINS, J. A. (2007). *Os fundamentos da república e sua corrupção*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.
- MASI, G. (2001). 'Nota al testo' in *L'Arte della Guerra*. Edizione Nazionale delle Opere di Nicollò Machiavelli, Roma: Salerno Editrice.
- OSTROGORSKY, G. (1968). *Storia dell'impero bizantino*. Torino: Einaudi.
- PIERI, P. (1952). *Il Rinascimento e la crisi militari italiana*. Torino: Einaudi.

- POCOCK, J. G. A. (1980). *Il momento machiavelliano*. Bologna: Società ed. Il Mulino.
- PRETALLI, M. (2020). 'L'Arte della guerra di Machiavelli e la letteratura militare del Cinquecento'. In Nuova Antologia Militare. Rivista interdisciplinare della Società Italiana di Storia Militare. Roma (It). Fascicolo 1 / N.3, p. 3-84.
- SASSO, G. (1993). *Niccolo Machiavelli, storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.